



ATA N.º 65/XII-4º/2020-21

1 – Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, pelas 21H15, no Pavilhão Municipal da Charneca, sito na Praceta Ruy Coelho, Quintinhas, Charneca da Caparica realizou-se uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Protocolo com a Autoridade Tributária para cobrança coerciva de tributos”;

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento de Ocupação de Espaço Público, Publicidade e Resíduos Urbanos da rua dos Pescadores”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para o procedimento concursal de Chefe de Divisão de Gestão de Desenvolvimento Pessoal do Departamento de Recursos Humanos dos SMAS”;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para o procedimento concursal de Chefe de Divisão de Logística Operacional do Departamento de Gestão de Redes de Água de Drenagem e de Logística dos SMAS”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para o procedimento concursal de Chefe de Divisão de Inovação, Sistemas de Gestão e Desenvolvimento Organizacional do Departamento de Recursos Humanos dos SMAS”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal de Diretor do Departamento de Recursos Humanos dos SMAS”;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria”;

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU de Almada”;

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Sérgio Cantante Faria de Bastos; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Gerales; Sónia Tchissole Pires da Silva; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Pedro Miguel de Amorim Matias e José Ricardo Dias Martins.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Marques Serra e Moura Salvado (PS), Débora Figueiredo de Carvalho Rodrigues (PS), Elisabete Peres Pereira (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), Nuno Miguel Gonçalves (CDU) e Inês Pezarat Bom (BE), solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS) por impedimento de Carina Manuela Silva Mendes Rocha de Sousa (PS); Andreia Sofia Fernandes Egas (CDU), por impedimento de José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU), Jorge Miguel Oliveira Feliciano (CDU) e Mário José de Sousa Pedroso (CDU); António José Olaio da Silva (CDU); e Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica Trafaria Teresa Paula de Sousa Coelho solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito e o Senhor Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó Luís Filipe Palma solicitou a sua substituição pela eleita Anabela de Matos Tavares.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, registaram-se as faltas, justificadas do Senhor Deputado Municipal Nuno Gonçalves (CDU) e do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind).

4.2 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Tiago David Costa Galveia em substituição do Senhor Vereador José Manuel Raposo Gonçalves.

4.3 – Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as Atas nºs 59, 60, 61, 62, 63 e 64/XII-4º, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos:

5.1 – Usaram da palavra os Senhores/as Munícipes João António Rocha, Idália Maria Silva, Cátia Machado, Maura Silva, Maura Amaral.

5.1.1 – O Senhor Munícipe João António Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por mencionar que escrevi este pequeno texto, no interior do Castelo do Monsaraz, olhando por vezes, para a Planície Alentejana, toda ela colorida de rosas do cor-de-rosa, as quais estão a florescer, a cada dia que passa neste meu Alentejo.

Não seria imparcial, senão elogiasse o excelente trabalho, da Senhora Presidente — Inês Medeiros e do Senhor Presidente da União do Freguesias de Charneca do Caparica e Sobreda — Pedro Matias, sublinhando o facto de ficarem na história desta Câmara do Almada, por terem sido os primeiros Presidentes, eleitos pelo Partido Socialista, depois do 25 de Abril do 1974, nesta Autarquia vulgo, Câmara Municipal do Almada e Freguesia de Sobreda, que hoje faz parte da União do Freguesias, ambos demonstraram ao longo dos seus respetivos mandatos, sempre um grande empenho, na resolução de um sem fim de problemas, existentes neste Município, como por exemplo a criação de um Regulamento, somente para as Áreas do Génese Ilegal (Augis) e lotes destacados, situação que originou grandes prejuízos aos 40 mil habitantes que, residem atualmente nas zonas consideradas ilegais neste Concelho.

Na reunião no dia 1 do Março, do ano em curso, do Executivo deste Município, aquando da aprovação das propostas, relacionadas como asfaltamento das ruas, em várias localidades deste Município, praticamente todas elas estão intransitáveis, já que durante mais quatro décadas, não sofreram quaisquer obras de beneficiação, contudo alguns Vereadores de outras forças políticas, que votaram contra esta proposta, perante tal facto, aconselho esses Senhores, que sejam mais prudentes, quando estejam envolvidos interesses públicos dos Munícipes deste Concelho, para não sobrecarregarem mais esta população, já chega de abandono durante quase meio século, a que estivemos sujeitos, sendo a mostra destas minhas palavras, o estado caótico de vários



loais, como por exemplo, a Rua de Marco Cabaço na Charneca de Caparica e também a situação idêntica acontece na Sobreda velha.”

5.1.2 – A Senhora Munícipe Idália Maria da Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho aqui pedir ajuda à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada. Em 2020, no início da pandemia, fui intimada pela fiscalização, na pessoa da Dona Virgínia Ganhão, que tinha que pagar a licença de esplanada na Câmara Municipal de Almada, achei estranho dado que exploro o estabelecimento há mais de 30 anos, e desde que tenho esplanada sempre paguei na Junta de Freguesia da Charneca de Caparica.

A Senhora fiscal, obrigou-me a ir pagar nos serviços da Câmara Municipal, numa altura em que até estava em confinamento, paguei o valor de 471.00€ (quatrocentos e setenta e um euros) na Câmara Municipal e, entretanto, soube que estava isenta de pagamento. Peço ajuda para ser reembolsada na quantia ou que a Câmara Municipal me passe uma declaração em como a futura licença de esplanada está paga. Visto que este ano também ficou isento. O comércio está muito mal, e é a ajuda que eu peço.

O ano passado fiz um email com este pedido, já foram 4 emails do qual eu nunca tive resposta e agradecia uma ajuda, por favor.”

5.1.3 – A Senhora Munícipe Cátia Machado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que me leva a vir aqui é um bocadinho pelas nossas crianças e é isto que eu vou começar aqui a divulgar.

Eu não sei se os Senhores/as sabem que a Linha de Muito Alta Tensão neste momento está a chegar ao Funchalinho. Eu sou Cátia Machado, sou engenheira de eletrónica e telecomunicações, e na passada 4ª feira, vimos o Edital. Perguntei se estavam a pôr lombas porque às vezes passam muito rápido na nossa rua e foi quando me disseram que era para as Linhas de Muito Alta Tensão. Mas como? Se ninguém aqui dos moradores foi informado, o que é que se passa? Mas pode tentar questionar a Junta de Freguesia, a Câmara, a REN, eu fiz essas diligências todas e até ao momento não obtive nenhuma resposta. Senti-me ultrajada e todos os moradores do Funchalinho sentiram-se um bocadinho avassalados e a minha questão aqui é que eu estudei e tive cadeiras de magnetismo e tive cadeiras de telecomunicações, tive cadeiras de eletricidade, altas baixas e isto tem um grave prejuízo para as nossas crianças. Eu tenho dois meninos e vou ter a menos de dois metros, cabos de alta tensão, eu a andar no meu passeio e vou ser irradiada, não há estudos é verdade, mas podemos ver que existe na Bélgica, em França, já alguma regulamentação, eu peço para que alguém olhe para esta regulamentação e que tenha algum cuidado e proteja as nossas crianças, porque ninguém nos ouve, ninguém nos explica ninguém nos diz nada e as nossas crianças estão aqui a ser completamente irradiadas, e toda a gente assobia para o lado, e sinto o dever de fazer passar esta mensagem. Eu acho que por favor, temos que fazer alguma coisa, se queremos ter o ambiente, se queremos lutar pela nosso bem-estar e pelo das nossas crianças, por favor.”

5.1.4 – A Senhora Munícipe Maura Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Maura Silva, sou moradora no Funchalinho, tal como a minha vizinha Cátia Machado, aquilo que eu venho aqui dizer a esta Assembleia, e é a 1ª vez que assisto, não tenho qualquer experiência, portanto o que vou dizer vai sair da alma e do coração.

Fui também indignada por esta surpresa na rua, não houve qualquer aviso da Câmara Municipal, não houve qualquer aviso da CME, não houve qualquer aviso da REN, simplesmente meteram uns postes na rua e avançaram com uma obra. Quando procuramos respostas, inclusive, da pessoa que lá estava que era um agente da autoridade, que me foi indicado que aquele senhor que estava presente era encarregado da obra. Não se identificou, fugiu ao assunto, disse que não pertencia aquilo e que se eu quisesse fosse à Câmara Municipal. Pois eu fui investigar, e fui saber o que é que era isto das LMAT. As LMAT são Linhas de Muito Alta Tensão que estão



a um metro da minha residência, a um metro da minha residência. Há estudos comprovados belgas, há estudos comprovados franceses, muito bem, em Portugal ainda não temos legislação. Porque não sermos pioneiros nela, aproveitarmos somos um estado membro da União Europeia e vamos procurar saber, vamos ouvir estes especialistas, porque todos eles indicam que os distanciamentos têm que ser efetuados. Agora, a nossa pergunta é: a obra foi aprovada pela Câmara Municipal, a obra é autorizada, já pedimos estudos ninguém nos mostra, já pedimos os estudos inclusive com as distancias, ninguém nos mostra, a um metro da minha porta. Os estudos provam que a 7 metros de distancia todos nós somos irradiados por este campo eletromagnético, o que quer dizer que, basta estar no meu jardim, basta até estar dentro da minha cozinha, eu sou irradiada. Eu apelo aqui à saúde, porque daqui a uns anos, as crianças podem ter leucemia, nós adultos podemos ter vários problemas cancerígenos, nomeadamente cerebrais, devido às radiações. Depois é tarde, já não se pode fazer nada. Então apelo a todos os partidos que tentem saber um pouco mais sobre isto e que nos ajudem a ter aqui um pouco de voz e quero aproveitar aquele lema que está ali “Almada Território de Todos”, mas que todos sejamos ouvidos, não é Almada territórios de alguns que decidem por todos, sem que esses todos sejam ouvidos.

Nós vivemos numa democracia, eu tenho direito à informação, eu tenho direito a ser informada, e a minha palavra aqui mais forte de todas é a indignação. Estou indignada, fui avassalada com uma situação que desconheço. Até hoje estamos à espera que a Câmara Municipal de Almada nos responda. Nós já procuramos ajuda, nós temos os estudos connosco, estamos disponíveis para os mostrar, agora não venham fazer algo sem também nos darem a conhecer os perigos existentes. Desde que começamos um bocadinho aqui a agitar águas na rua, as valas estão a ser tamponadas, para que a gente não possa ver as distancias, eu peço aos Senhores que estudem sobre isto as valas estão a ser feitas amenos de dois metros de profundidade. O que quer dizer com isto? Será que é possível isto estar a ser feito? Que legalidade aqui que está a ser feita? Estão a ser cumpridos os requisitos da obra que foi aprovada sem o consentimento, sem informação aos munícipes, principalmente dos moradores da rua?

Segunda questão. Dupla indignação, porquê? Porque há alternativa. Há alternativa se ter que passar nas residências. Por alguma razão existe legislação em que não é aconselhável passar em escolas e está a ser passado também, em Vila Nova. Não é aconselhado passar em lares de idosos, não aconselhado passar inclusive em residências e moradias. Aquilo está a um metro da minha residência assim como de todos os moradores.

Praceta Arménio Reis, rua Sousa Lopes, rua Arménio Reis. E para tripla indignação, não é uma são duas vias. O que quer dizer que não só estou a ser irradiada se quiser passear na rua, ou se estiver no meu jardim, ou dentro até da minha própria casa, como se passar a rua sou duplamente radiada com duas faixas.

Por favor, nós apelamos à vossa ajuda, apelamos à clareza, à transparência. Ajudem-nos a tentar descobrir o que se está aqui a passar.”

5.1.4 – A Senhora Munícipe Maura Cristina Amaral:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho expor o meu caso. Eu estou a morar num anexo na Costa da Caparica e o meu senhorio é o Senhor Lídio Galinho no qual ele pôs a casa á venda e vou ter que sair da habitação. Eu estou a ser ajudada pelo Senhor Presidente da Junta da Costa da Caparica, por uma assistente social também, a minha assistente social hoje ligou para ele, no qual informou que ele não me podia pôr na rua assim com 3 menores, porque eu tenho 3 filhos menores, e no qual o Senhor Lídio Galinho ligou-me à tarde, e informou-me que se eu não sair que quando viesse da pesca ia à minha casa, agarrava-me por um braço punha-me a mim e aos meus filhos.

Eu peço aos Vereadores da Câmara Municipal, que está uma casa vaga na praceta Salvador José nº 3, 1º direito, precisa de obras, mas eu sei, mas os meus vizinhos estão dispostos a ajudar-me com as obras, para eu não vir paras a rua com os meus filhos. Eu peço por tudo para me ajudarem, porque se não for hoje ele amanhã vai lá e mete-me na rua a mim e aos meus filhos à força.”

5.2 – Em resposta aos Senhores/as Munícipes usaram da palavra o Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro, a Vereadora Maria Teodolinda Silveira, os Senhores Deputados Municipais José Ricardo Martins, João Eduardo Gerales e Pedro Amorim Matias.



5.2.1 – O Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero começar por agradecer a todos os Múncipes a intervenção, este espaço é um espaço de cidadania e como tal é um espaço para colocar todas as questões e a nossa obrigação enquanto eleitos é naturalmente, tentarmos explicar um conjunto de decisões que possam trazer alguma dúvida e é com a maior serenidade também que o fazemos e por isso queriam começar por agradecer as questões que nos trouxeram.

Agradeço naturalmente ao Senhor Múncipe João Rocha, que falou aqui no início sobre a questão das AUGI. É de facto, um problema que este Município tem procurado resolver, é um passivo no nosso Concelho, no nosso território e que não se consegue resolver naturalmente, de um momento para o outro, mas de facto, parece-nos que têm sido desenvolvidas um conjunto de iniciativas no sentido de regularizar esta situação e para trazer para quadros de normalidade projetos de vida que estavam há muito suspensos em função daquilo que foram desajustes e situações incorretas que foram persistindo no passado.

Relativamente á Senhora Múncipe Idália Silva. Agradeço também, na ocasião lá fora quando falamos tive o cuidado de lhe deixar o meu endereço de email, pedindo que me fizesse o encaminhamento desse email, já conversei também com a Senhora Vereadora Francisca Parreira, vamos averiguar a situação. Naturalmente, ninguém pode ser penalizado pagando indevidamente coisas que não deva pagar, a situação será averiguada, lamentamos que, 4 emails não tenham tido resposta, mas seguramente a situação vai resolver-se rapidamente.

As Senhoras Múncipes Cátia Machado e Maura Silva, queria dizer que percebo naturalmente a inquietação, percebo o receio, não concordo com tudo aquilo que foi dito, aliás, tivemos o cuidado enquanto executivo de promover um conjunto extenso de ações de sensibilização, foram feitos todos os estudos, e há estudos efetivamente, quer pelo Instituto Superior Técnico, quer pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, e queria dizer que, aquilo que aqui trazemos, é um conjunto de informações, (se me permitirem, desenvolver eu desenvolvo, assim como vos ouvimos com total atenção gostaria também de poder expor). Foram feitas as tais sessões de esclarecimento, os cabos estão enterrados a 2 metros e meio, com naturalmente, a proteção que existe, há uma maior radiação em muitos dos equipamentos elétricos que temos nas nossas casas, nas nossas cozinhas, num conjunto de equipamentos normais, na utilização por exemplo, de um secador de cabelo, foi um exemplo apontado pela professora do Instituto Superior Técnico que esteve connosco, ainda assim, queria dizer, ouvindo com todo o cuidado aquilo que nos disseram que, houve sessões de esclarecimento, mas estamos disponíveis para promover com os Senhores Múncipes, uma reunião na Faculdade de Ciências e Tecnologia, em conjunto com a REN, em que tudo possa ser explicado. Naturalmente, não é a área de especialidade de nenhum dos Vereadores o estudo sobre campos eletromagnético, no entanto, baseamo-nos em evidências científicas produto da Academia, estudos devidamente fundamentados e quero dizer-vos que fica o convite para uma reunião com os/as Senhores/as Múncipes do Funchalinho, a realizar na Faculdade de Ciências e Tecnologia, com os engenheiros da REN, com pessoas que estão devidamente habilitadas, para discutir e explicar este assunto com toda a serenidade, percebendo a preocupação, mas dizendo que, se não tivéssemos evidências de que há segurança para as populações, se não existissem essas evidências que esta operação não seria realizada.

Quanto à Senhora Múncipe Maura Amaral, eu queria começar por dizer e se o Senhor presidente da Mesa me permitir passarei a palavra à Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, mas quero dizer que ninguém pode ser tirado de sua casa à força. Ninguém pode ser tirado de sua casa à força. E, portanto, naturalmente a questão será passada para a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, mas percebendo a sua preocupação, é a Vereadora que tem melhores condições para responder.”

5.2.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Dona Maura sabe que é um caso que nós, serviços, temos vindo a acompanhar. Não é surpresa para mim, infelizmente, nem o caso da Senhora Dona Maura nem outros casos idênticos, a Senhora Maura tem uma candidatura rececionada nos serviços, numa altura em que não era esta a situação de pressão que hoje aqui nos relatou, que na altura lhe foram pedidos mais alguns documentos que terá que entregar e terá que



essencialmente neste momento se a situação é esta que aqui nos relatou, de estar a ter de abandonar a casa nas circunstâncias em que nos disse, terá que fazer chegar aos serviços essa informação e a prova dessa informação, porque estamos a falar de um regulamento que exige esses documentos, mas aquilo que eu lhe queria dizer é que infelizmente, a Câmara Municipal não tem casas de reserva, digamos assim, para estes casos. Deveria ter é necessário que tivesse, mas a que temos e que vão vagando, não chegam para aqueles casos que tal como o da Senhora Maura todas as semanas nos vão acontecendo. É evidente que, estando a Senhora Maura nesta situação, ganha prioridade na candidatura que fez, e, portanto, por isso lhe peço que faça chegar os documentos que possam fazer valer essa prioridade.

Relativamente à casa que diz, a casa que aludiu, é uma casa que está à espera de obras para ser entregue, eventualmente, e agora não sou capaz de lhe dizer, mas os serviços são, eventualmente numa situação idêntica, de alguém que foi despejado porque aqui só no meu universo curto das últimas semanas, temos 3 ou 4 pessoas nessa circunstância, e que têm sempre de fazer o caminho da emergência, e o caminho da emergência é sempre a linha 144, e a seguir, então com a prioridade que a situação lhe dá entre o Município e logo que possível e tenha condições resolverá essa situação. A Senhora Maura sabe que está a ser acompanhada, inclusivamente pela assistente social da instituição de referência e nós também estamos a acompanhar o caso. A única coisa que lhe posso prometer é que olhamos o caso com toda a preocupação e com toda a disponibilidade para o resolver logo que tenhamos condições para o resolver.”

5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu só queria aqui acrescentar duas situações e queria tranquilizar a Maura, é um caso que nós fomos acompanhando ao longo destes dias através daquilo que é a Comissão Social de Freguesia, a Maura está a ser acompanhada por uma assistente social do Centro Paroquial da Nossa senhora da Conceição, eu próprio, hoje de manhã estive com a Maura quando ela se dirigiu à Junta de Freguesia e tranquilizá-la porque felizmente na nossa Freguesia, nós até à data não deixamos ninguém para trás. E é importante dizer isto porquê? Nós somos confrontados quase diariamente ou com pedidos de despejo, ou com pessoas realmente em situação até dramática de carência. Obviamente, que não caberá à Junta de freguesia e provavelmente à Câmara Municipal, na parte habitacional sim, mas na parte social nem de todo, mas o que é certo é que, nós realmente na Junta de Freguesia da Costa da Caparica, temos durante este ano, 365 dias entenda-se, dado uma resposta cabal. Eu apenas, pedi a palavra para sublinhar aquilo que a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira aqui o disse, muitas das vezes partilhamos estas informações, eu próprio e a Vereadora, com as assistentes sociais, o acompanhamento está a ser feito, tranquilizar de alguma forma a Maura, obviamente que ninguém a vai expulsar de casa de um dia para o outro, agora há que arranjar uma solução e essa solução está a ser arranjada entre a assistente social, a Segurança Social e porque não também a Câmara Municipal.”

5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou intervir em resposta às duas Múncipes que aqui intervieram, Cátia Machado e Maura Silva, a propósito da Linha de Muito Alta Tensão e do seu enterramento. E vou intervir no sentido de deixar aqui registado que, quando era tempo disso, a CDU teve a oportunidade de expressar exatamente as mesmas preocupações que as Senhoras Múncipes aqui trouxeram hoje a esta casa. A CDU chamou atenção para a necessidade de se proceder a uma alternativa ao enterramento da Linha de Muito Alta Tensão à beira das casas das pessoas. A CDU exigiu que fosse dada informação e que fosse falado com as pessoas sobre esta matéria. A Câmara Municipal infelizmente, fez orelhas de mercador a esta situação e resolveu avançar com este processo. A audição e o consentimento das pessoas estão previstos na legislação. E o que nós aqui hoje percebemos, é que não apenas não houve a auscultação muito menos o consentimento. E isto é grave, isto é muito grave e dá razão a aquilo que foram as preocupações que a CDU aqui expressou em momento próprio, em altura própria e era absolutamente desnecessário que tivéssemos atingido este ponto.



Lamentamos que a Câmara Municipal, pela voz do senhor Vice-Presidente só agora, só agora, quando o projeto está praticamente acabado e colocado no terreno, é que se disponibiliza para levar os Senhores/as Múncipes a discussão técnica na Faculdade de Ciência e Tecnologia, não sei porquê na Faculdade de Ciência e Tecnologia, provavelmente são especialistas, mas só agora no final do processo, é que o senhor Vice-Presidente se disponibiliza para isso. Porque quando nós chamamos aqui atenção nesta mesma Assembleia Municipal, na Câmara Municipal, a Câmara Municipal ignorou, pura e simplesmente, ignorou aquilo que foram as chamadas de atenção que a CDU aqui deixou.

Senhores/as Múncipes, a CDU obviamente acompanha-vos nas vossas preocupações, acompanha-vos em toda a luta que queiram desenvolver.”

5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui intervir relativamente às duas Senhoras do Funchalinho, eu sou Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, como sabem mais de 90% do traçado da Linha de Muito Alta tensão passa na Charneca de Caparica, e nós tivemos oportunidade, na nossa Junta, de levar um conjunto de técnicos do Instituto Superior Técnico, do LNEC e de outras entidades independentes, para que explicassem o projeto e para que os Múncipes que estivessem presentes, para que fossem esclarecidos relativamente a esta matéria. Eu compreendo perfeitamente, quando nós desconhecemos um conjunto de questões técnicas e nos assustemos, temos filhos, temos netos, é normal e compreendo a vossa preocupação e penso que a Câmara Municipal estará disponível e penso que a Junta de Freguesia não sei, mas a Câmara Municipal, estará disponível para dar todos os esclarecimentos que foram dados nessa sessão na minha Junta de Freguesia. Lamentamos, que a Junta de Freguesia onde os Senhores moram, não os tenham chamado e chamado os técnicos e tenham esclarecido tecnicamente qual é o impacto dos campos eletromagnéticos à vossa porta, à minha porta que também passam. Portanto, à porta de muita gente, para que tudo corresse bem. Eu sei e reconheço, algumas pessoas de vez enquanto se dirigem à Junta de Freguesia, também à Câmara Municipal com algumas preocupações. Nós temos a oportunidade de os esclarecer. Eu penso que se a Junta de Freguesia onde moram, se tivesse feito o seu trabalho, se tivesse chamado os Múncipes, se tivesse chamado os técnicos e tivesse esclarecido quais são verdadeiramente os impactos dos campos eletromagnéticos, se calhar as pessoas não estavam aqui. Mas eu acho que era importante a Câmara Municipal esclarecer, podemos falar, posso já falar com as Senhoras, a Câmara Municipal explicar não só às Senhoras que estiveram cá hoje, mas as todos os moradores que moram naquelas ruas.”

5.2.6 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para duas questões muito breves. A primeira é de que a Junta de Freguesia de Caparica Trafaria, onde as obras estão a decorrer, não foi chamada, não foi tida nem ouvida relativamente a este processo, foi absolutamente escuraçada da participação neste processo.

Segunda questão. Nem o próprio Ministério está envolvido neste processo. Nem o próprio Ministério. Portanto, isto é um problema que a Câmara Municipal de Almada, em articulação com a Rede Elétrica Nacional – REN, desenvolveu exclusivamente à sua conta e risco. Nem sequer o Ministério está envolvido neste processo. Eu tenho ali no meu computador um ofício que confirma isso mesmo.”

5.2.7 – O Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A sessão de esclarecimentos decorreu na Junta de Freguesia da Charneca, decorreu promovida pela Autarquia, para todos os Múncipes, sendo que é na Junta de Freguesia da Charneca, nesse território, que passa a maior parte do traçado.



Segundo lugar, quero deixar claro, que o Ministério do Ambiente, tal como o Ministério da Saúde, acompanha este processo.

Quero também dizer que foi consultada a Autoridade Nacional de Proteção Civil, foi consultada a Agência Portuguesa do Ambiente, foi consultada a Autoridade Nacional de Comunicações, foi consultada a Direção de Serviços de Combustíveis, com pareceres anexos ao projeto que temos na Autarquia e que estamos disponíveis de novo digo, sem querer alarmar as pessoas, sem querer trazer para aqui situações que provoquem qualquer tipo de desconforto, porque não nos parece bem, não nos parece bem, manipular os receios das pessoas.

Quero dizer que, se há situação que provoca risco, são os cabos suspensos, são os cabos que passam próximo de zonas educativas, ao pé de zonas habitacionais e aí sim, há risco. Os cabos estando devidamente enterrados, o risco é como foi demonstrado pelos estudos que foram partilhados pelas investigadoras que estiveram na Junta de Freguesia da Charneca, o estudo é conclusivo. Não há dúvidas. E, portanto, assustar as pessoas com situações que não são verídicas e que fazem parte de opiniões.

Quero deixar absolutamente claro, acompanhamento pelo Ministério do Ambiente, o acompanhamento pelo Ministério da Saúde, e quero também deixar claro que é um processo que se arrasta desde 2006, é um processo que se arrasta desde 2006 e o não enterramento dos cabos, é que coloca riscos de contaminação eletromagnética que são verdadeiramente graves para as populações. Por isso, aquilo que acautela a saúde pública, é de facto, a solução que foi encontrada relativamente à qual existe evidência científica e sim Senhor Deputado, queremos desenvolver esta sessão de esclarecimento no local onde estão especialistas, porque opiniões todos podemos ter muitas, mas não devemos utilizá-las em desfavor da população.”

6 – Foi declarado aberto o período de antes da ordem do dia;

6.1 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU), para apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Capitão de Abril Coronel Eduardo Diniz de Almeida:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faleceu no passado dia 16 de maio, aos 76 anos de idade, o Coronel de Artilharia Eduardo Diniz Santos Almeida, um dos mais destacados militares de Abril.

Diniz de Almeida participou ativamente no Movimento das Forças Armadas (MFA) desde o seu início, tendo integrado o grupo de 136 participantes que, no dia 9 de setembro de 1973, se reuniu clandestinamente no Monte Sobral (Alcáçovas, Viana do Alentejo), reunião onde nasceu o “Movimento dos Capitães”, mais tarde conhecido como “Movimento dos Oficiais das Forças Armadas” e mais tarde ainda “Movimento das Forças Armadas”.

Em 25 de Abril de 1974, comandou a coluna militar que saiu da Figueira da Foz com destino a Lisboa. Parte dessa coluna dirigiu-se para Peniche com ordens para libertar o Forte de Peniche.

Na tentativa golpista contrarrevolucionária de 11 de março de 1975, Diniz de Almeida desempenhou um papel decisivo na contenção e derrota do golpe, resistindo e respondendo ao bombardeamento e cerco da unidade que comandava em Lisboa, o então Regimento de Artilharia Ligeira 1 (RAL1), posteriormente Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS), um momento crucial do processo revolucionário e de defesa da democracia que ficou marcado pela sua tenacidade de comando e pela forte mobilização popular.

Diniz de Almeida fez parte de diversos órgãos do MFA, mantendo-se sempre leal na sua ação à defesa da Revolução de Abril, dos seus valores e do seu projeto.

Após o seu afastamento compulsivo das forças armadas, apenas reparado em 2003 com a sua reintegração com a patente de Coronel de Artilharia, exerceu outras atividades profissionais, inicialmente como psicólogo e mais tarde como dentista, mantendo simultaneamente uma intensa atividade cívica em defesa dos valores de Abril.

Nunca deixou de intervir na vida democrática do nosso país, tendo assumido funções autárquicas como Vereador na Câmara Municipal de Cascais, eleito pela CDU no mandato de 2001 a 2005. Foi ainda impulsionador e um dos fundadores da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.



Autor de obras como “As origens e evolução do Movimento dos Capitães” (Edições Sociais, 1977) e da trilogia “Ascensão, apogeu e queda do MFA” (Edições Sociais, 1978), uma das mais bem documentadas obras sobre o processo que culminou em 25 de novembro, foi até aos seus últimos dias um combatente pela liberdade e pela emancipação do seu povo.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Extraordinária a 26 de Maio de 2021, delibere expressar o mais profundo pesar pelo falecimento do Capitão de Abril, Coronel de Artilharia Eduardo Diniz Santos de Almeida, manifestando à sua Família, aos seus muitos Amigos e Camaradas de Luta, e a todos os Militares de Abril, a mais profunda Amizade e Solidariedade neste momento de luto e dor, na convicção de que partindo o Homem Bom que foi, que é, Diniz de Almeida, restará perene entre todos nós o seu exemplo de abnegação e determinação na intransigente defesa da Revolução de Abril, da Liberdade e da Democracia, símbolos maiores da Dignidade Humana e da Paz que sempre procurou e defendeu.”

6.1.1 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo sido o voto de pesar aprovado por unanimidade.

6.1.2 – Seguiu-se um minuto de silêncio proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS) para uma Declaração Política.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A rede de Metropolitano da Margem Sul do Tejo, atualmente concessionada à empresa MTS, funciona no Concelho de Almada desde o ano de 2008, tem a marca do Partido Socialista, cobre cerca de 22km e está dividido em 3 linhas que cobrem alguns dos locais de interface e de maior frequência do Concelho de Almada, como o Centro Sul, a Universidade ou Cacilhas.

Ao longo dos últimos anos tem havido uma natural adaptação dos habitantes do nosso concelho a este meio de transporte, que não é evidentemente isento de constrangimentos. Exemplo disso, é o crescente ruído que por diversas vezes foi tema de debate nesta Assembleia Municipal e sobre isso mesmo tivemos, no entanto, boas notícias ao longo dos últimos dias.

Nas próximas semanas serão intervencionadas algumas zonas deste percurso, vai ser feita uma intervenção de esmerilagem dos carris e que permitirá a redução de ruído.

Saudamos por isso a Câmara Municipal de Almada pela sua ação junto da concessionária que vai permitir os almadenses que residem perto dos locais de passagem do Metro Sul do Tejo, uma melhoria na sua qualidade de vida.

Mas importa, também, no entender da bancada do Partido Socialista salientar outra necessidade que é urgente:

A expansão do Metro do Sul do Tejo (MST) até à Costa da Caparica, a partir do Campus Universitário do Monte de Caparica, está prevista desde a sua construção, faz parte do contrato de concessão e constitui uma ação fundamental para o incremento e para a melhoria do sistema de transportes coletivos e de mobilidade dentro do Concelho, para a diminuição dos seus impactos ambientais e para o aumento da coesão territorial.

O impacto decorrente dos crescentes fluxos de circulação rodoviária que se registam para a frente atlântica de Almada, que são hoje inclusivamente menos sazonais, só pode ser mitigado com a melhoria da oferta e da qualidade do sistema público de transportes coletivos (TC), tornando-o mais competitivo e contrariando a transferência para o transporte individual.

A expansão do Metro Sul do Tejo, tem por isso um contributo inegável para o reforço e consolidação do sistema de transportes urbanos, nomeadamente na ligação entre estas duas cidades do nosso Concelho, entre Almada e a Costa da Caparica.

Esta estratégia já está plasmada no atual Plano Diretor Municipal (PDM), e será amplamente reforçada no quadro do processo de revisão do PDM, está ligada como projeto de habitação do Almada Poente, e com o



projeto de desenvolvimento integrado em torno do Campus Universitário do Monte de Caparica, o chamado "Almada Innovation District".

Este projeto é também crucial para a competitividade territorial, e para uma efetiva descarbonização do Concelho, sobretudo em torno da Costa da Caparica e Trafaria, cuja atratividade em termos de turísticos e de lazer, tem captado importantes fluxos de circulação rodoviária em transporte individual (TI) com os impactos negativos inerentes em termos de degradação da qualidade do ar, do nível ruído, do incremento dos fenómenos das ilhas de calor e também com implicações em matéria de segurança rodoviária,

Assim, esta ação territorial transversal e de mobilidade estratégica, permitirá suportar as ações de coesão e de requalificação urbana inerentes a esta expansão, mas também proporcionará um incremento significativo da qualidade ambiental e paisagística, permitindo articulação com outras ações de âmbito municipal, assegurar a necessária redução da dependência do transporte individual na Margem Sul do Tejo, favorecendo a mobilidade sustentável e ampliando a oferta de transportes coletivos.

A expansão do Metro Sul do Tejo para a Costa da Caparica, permitirá também aumentar o número de passageiros e contribuir para que o Metro Sul do Tejo seja um transporte mais eficiente, no plano económico e no plano operacional.

A Câmara Municipal de Almada ao longo dos últimos anos, defendeu publicamente a expansão do Metro Sul do Tejo para a Costa da Caparica e defendeu inclusivamente a sua integração no Plano de Recuperação e Resiliência, o chamado PRR, pelas razões que antes enunciei, mas também pela relevância futura em termos de transição climática e de melhoria das condições de mobilidade na Margem Sul do Tejo.

É por isso, no entender do Partido Socialista, fundamental que se crie nesta Assembleia Municipal, um claro consenso, entre todos os partidos, no sentido de que a expansão do Metro Sul do Tejo para a Costa de Caparica seja a principal prioridade de ação política na área dos transportes no Concelho, procurando que possa ser uma realidade os próximos anos.

Para esse compromisso, os almadenses e os caparicanos, podem contar com o Partido Socialista.”

7 – Foi declarado aberto o período da ordem do dia;

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem do dia relativo à proposta da Câmara Municipal sobre “Protocolo com a Autoridade Tributária para cobrança coerciva de tributos”;

7.1.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Segundo o Código do Procedimento e de Processo Tributário, a competência para a cobrança coerciva dos impostos e tributos administrados pelas Autarquias Locais, pode ser atribuída à Administração Tributária, através de um protocolo que deverá ser autorizado pela Assembleia Municipal.

Havendo interesse do Município em atribuir esta competência, propõem-se que a Assembleia Municipal de Almada, aprove a celebração do protocolo com a Autoridade Tributária para a cobrança coerciva dos tributos administrados pela Autarquia.

Quero esclarecer ainda que, este protocolo, permitirá garantir uma maior eficácia da parte dos serviços da Autarquia e garantir que todos aqueles que são os tributos que lhe são devidos sejam devidamente cumpridos por aqueles que têm de os cumprir.”

7.1.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José Rocha e o Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro.

7.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Sobre este documento que nos é trazido aqui hoje para aprovação, e assinatura de um protocolo com a Autoridade Tributária, para cobrança coerciva de tributos, deixar aqui algumas notas até para justificar o nosso sentido de voto.

É evidente que entendemos que todas as dívidas devem ser pagas, da mesma forma que entendemos que todas as dívidas devem ser cobradas com os meios, com os mecanismos que a Autarquia tem ao seu dispor.

No nosso entendimento e não vemos nada neste documento que nos indique o contrário, o que esta proposta pode implicar, é que uma cidadã ou um cidadão por exemplo, que tenha uma pequena dívida com os SMAS ou com o WEMOB e que por qualquer razão não a possa ter pago, fique sujeito a cobrança coerciva e até à consequente penhora, com todos os constrangimentos que isso acarreta.

Na nossa opinião esta não é a melhor forma que a Câmara Municipal deve adotar para lidar com os seus munícipes em processo de cobrança. Para além desta ideia que defendemos e que já referi que a Câmara Municipal deve utilizar os mecanismos que dispõe para cobrar o que lhe é devido, poderíamos eventualmente ponderar um outro olhar sobre esta proposta, se existisse nesse protocolo, uma diferenciação do montante a cobrar, enfim, uma distinção que permitisse à Autoridade Tributária a cobrança acima de um determinado valor. E falamos por exemplo, de dívidas sistemáticas de valores elevados, que possam até ser interpretados como fraude ou outro tipo de entendimento semelhante. Agora esta abertura de cobrança coerciva de todo o tipo de dívidas ao Município seja uma dívida ao SMAS ou até uma multa de estacionamento e repito, nada nos indica neste documento que não possa ocorrer, não nos parece de todo a melhor forma de relação fiscal do Município contra os seus cidadãos. Iremos, portanto, votar contra esta proposta.”

7.1.2.2 – O Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para prestar aqui um esclarecimento relativamente às questões que foram colocadas pelo Senhor Deputado Municipal José Rocha, que agradeço.

Naturalmente, quer por parte da Autarquia estes processos são levados ao limite daquilo que é a sua capacidade para garantir estas cobranças, como também junto da Autoridade Tributária, existem mecanismos para quem não tem condições para proceder ao pagamento, por exemplo, garantir o faseamento desse pagamento, com um conjunto de prestações que podem a quem efetivamente tem dificuldades, assegurar o efetivo cumprimento das suas obrigações fiscais e tributárias. Mas quero dizer uma coisa e da experiência que tenho enquanto Vereador da Educação e desculpem trazer aqui um assunto, mas que é específico, mas que pode ilustrar. Muitas vezes onde se verificam situações de ausência de pagamento, não é de quem tem mais dificuldades, no caso das refeições escolares por exemplo, há situações de reiterado incumprimento, de pessoas que até podem fazer esse pagamento. E, portanto, é para situações naturalmente como esta que têm um traço e moral, porque nós e garanto-lhe que, no caso específico das refeições escolares garantimos que nenhuma criança ficasse sem refeição independentemente de ter sido paga ou não pelos seus familiares essa refeição, mas depois naturalmente quem é beneficiário da ação escolar tem essa refeição gratuita, quem não cumpre muitas vezes é quem não tem necessidade desse apoio e, portanto, assistimos muitas vezes a situações de manifesto abuso. É contra situações de abuso, que medidas como esta são tomadas, porque como sabemos, há de facto, muitas situações que não devem deixar nenhum de nós que tem responsabilidades na Administração da coisa pública indiferente, sobretudo quando podendo honrar as suas obrigações, muitas pessoas optam por não o fazer.”

7.1.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 20 votos a favor sendo 13 do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e de União de Freguesias que o integram, 4 do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; 3 votos contra do Grupo Municipal do BE e 13 abstenções do Grupo Municipal da CDU incluindo os Senhores Presidentes de Junta de União de Freguesia que o integram, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO



A Assembleia Municipal aprova a proposta de Protocolo com a Autoridade Tributária para cobrança coerciva de tributos, ao abrigo da alínea c), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no nº 10 do artigo 17º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 1 de março de 2021 que aprovou a proposta nº 145-2021 (DFCEF).

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da ordem do dia relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento de Ocupação de Espaço Público, Publicidade e Resíduos Urbanos da rua dos Pescadores”;

7.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A 16 de outubro de 2020, a Câmara Municipal de Almada aprovou o projeto de Regulamento de Ocupação de Espaço Público, Publicidade e Resíduos Urbanos na rua dos Pescadores. O projeto foi colocado em consulta pública entre os dias 11 de março e 22 de abril de 2021, tendo-se pronunciado 15 interessados.

Das pronúncias apresentadas acolheu-se no projeto entre as propostas que foram feitas pelos munícipes, algumas correções formais de numeração de artigos, nome do projeto entre e outros, o alargamento do âmbito do Regulamento à praça da Liberdade e à Avenida da República confluente com a rua dos Pescadores e igualmente alvo de intervenção de requalificação.

A limitação de circulação de veículos de carga a áreas mais específicas que permitam criar melhores condições de segurança para os transeuntes, clarificação da permissão de venda ambulante delimitada a 6 vendedores, proibição da existência de vitrinas, aracas de gelados e máquinas de brinquedos junto aos estabelecimentos, retirada da previsão da contraordenação por não cumprimento dos prazos do artigo 31º, e este artigo 31º é relativo à instrução dos pedidos de esplanadas fechadas e a proibição da circulação de bicicletas.

Propõem-se então, que a Assembleia Municipal de Almada delibere a aprovação do Regulamento que teve a necessária consulta pública e que teve os contributos que aqui sintetizei.”

7.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco, José Ricardo Martins e o Senhor Vice-Presidente;

7.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP vem aqui neste ponto de a ordem de trabalhos, reconhecer aquele que foi este projeto por parte da Câmara Municipal de Almada, na requalificação de uma das ruas mais emblemáticas quer da Costa da Caparica e também do Concelho.

É uma rua emblemática, é uma rua de comércio, e é uma rua que ao longo de muitos anos tem sido o espelho daquilo que foi pelo menos a falta de oportunidades, ou melhor, as oportunidades houveram, tivemos um POLIS onde se gastou mais de 200.000.000.00€ (duzentos milhões de euros), e que infelizmente, na opinião do CDS-PP, não cumpriu devidamente com as suas qualificações para que estava definido.

É opinião de muita gente, não é só a opinião do CDS-PP. Portanto, neste caso e com esta requalificação desta rua emblemática, não podemos deixar de saudar a Câmara Municipal, pela tentativa de melhorar aquele que deve ser o tratamento do espaço público no Concelho. E estamos também a falar de uma Freguesia, de uma localidade, que tem ou que deverá ter e que terá que ter de futuro, muita importância para o Concelho. Não só muitas das vezes fala-se na questão do turismo, é muito importante e é bom que se aposta no turismo, mas também é importante que se dê requalificação e que se dê condições para os habitantes da Costa da Caparica, nomeadamente, em determinadas infraestruturas, que ao longo de muitos anos, ficaram a aguardar. Temos de começar como é evidente, por algum sítio, deu-se este passo em frente com a requalificação da rua dos Pescadores, deu-se melhores condições não só aos comerciantes, mas também a todos aqueles que nos visitam, houve uma melhoria e ordenou-se o espaço público, e, portanto, dando-lhes mais segurança e melhorando a qualidade desse mesmo espaço.



A questão que eu coloco Senhor Presidente, tem a ver com a questão da manutenção desse mesmo espaço. E dando mais uma vez os parabéns por essa requalificação, mas questionando que soluções têm a Câmara Municipal agora previstas para quem não cumpra as normas estabelecidas. É importante que a rua dos Pescadores se mantenha dentro daquilo que foi definido no projeto, e para que de futuro não tenhamos um espaço novamente desorganizado, para que os cidadãos possam usufruir desta melhoria que foi dada por parte da Câmara Municipal, e também deixando o desafio que este projeto deve-se repercutir e replicar em muitas zonas do nosso Concelho, para melhorar a vida não só daqueles que cá vivem, mas também para tornar um Concelho mais atrativo.”

7.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aquilo que me traz aqui para além de congratular-me com a obra da rua dos Pescadores, porque sendo uma das ruas mais icónicas, fazendo até parte de génese daquilo que foi o crescimento da Cidade da Costa da Caparica, desde tempos mais remotos, dizer também que este Regulamento Municipal que hoje vai ser aqui aprovado, é um Regulamento que foi discutido, partilhado, discutido várias vezes durante grande parte do tempo, mais de um ano, obviamente tivemos os concursos em 2020 das reuniões, com os operadores daquela rua, assimilado e até de alguma forma, incutido naquilo que era e daquilo que realmente eles têm que cumprir, e penso que com o Regulamento, ao ser cumprido, que tem que ser cumprido, a rua dos Pescadores ficará com uma harmonia melhor, com uma imagem digna de uma rua principal de uma Cidade como ponto turístico como é a Costa da Caparica, e com mais luz, porque as cores que ali foram postas no piso, também transportam para aquela rua muito mais luz.

Ou seja, eu posso fazer esta viagem no tempo, ver o que era a rua dos Pescadores há um ano atrás, e consegui perceber o que é a rua dos Pescadores à data de hoje. Tanto durante o dia como durante a noite, durante o dia com mais luz, muito mais dinâmica, muito mais de agradabilidade, com mais espaços verdes, com bancos de jardim e agora também com algum ordenamento que era necessário fazer na rua dos Pescadores, daquela permitam-me o termo, este termo bem popular bem português, da “bagunça” que existia na rua dos Pescadores e tudo aquilo que foi impunidade durante estes anos. Felizmente e finalmente, a rua dos Pescadores e a Costa da Caparica tem todo o eixo central praticamente recuperado, eu ouvi aqui o Senhor Deputado Municipal António Maco falar da Programa Polis, a rua dos Pescadores segundo eu entendo, não estava consignada no Programa POLIS, de qualquer maneira, o Largo das Tábuas também requalificado por este executivo, estava no Programa Polis, foi uma das atrocidades feitas por aquilo que foi o Plano de Pormenor do Programa POLIS, finalmente está resolvido e neste momento nós temos todo o eixo central, que começou em 2015, com a praça da Liberdade, prolongou-se pela frente atlântica, Parque Atlântico hoje, e agora na rua dos Pescadores.

Agradeço ao executivo da Câmara Municipal, obviamente temos muito trabalho para fazer, há ainda algumas coisas a retificar, devido aquilo que foi o sentido de impunidade que foi feito naquela rua durante estes anos todos, mas estamos convencidos que as coisas vão chegar a bom porto. A Costa da Caparica e a população da Costa obviamente que ganhou, todo o Concelho de Almada e todos aqueles que nos visitam têm agora uma rua para desfrutar. Parabéns ao executivo da Câmara Municipal.”

7.2.2.3 – O Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, eu quero dizer que este Regulamento e a aprovação deste Regulamento é essencial para garantir o normal funcionamento daquela rua, dentro dos princípios que aqui estão plasmados. Quero dizer-lhe também que, o não cumprimento naturalmente, será alvo dos serviços de fiscalização da Autarquia, que terão total atenção naquela rua, que como todos sabemos, como todos entendemos, é um autêntico cartão de visita da Cidade da Costa da Caparica, é uma das mais vitais artérias onde pulsa de uma maneira muito evidente, aquilo que é a identidade, a cultura, o viver caparicano, aquela rua é motivo de orgulho da população da Costa da Caparica, e era um anseio de há muito a sua requalificação, quero dizer-lhe que da parte da Câmara Municipal, temos prevista a colocação de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

peçoas que garantam o cuidado regular daquele espaço, tal como temos já na rua Cândido dos Reis com a figura de zelador que acompanha quotidianamente e depois naturalmente teremos o acompanhamento por parte da fiscalização. Aquela rua é hoje aquilo que a Costa da Caparica ansiava, é hoje aquilo que os caparicanos merecem e de certeza que todos estamos de parabéns porque nos revemos cada vez mais na nossa Cidade na Costa da Caparica também.”

7.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, aprova a proposta de Regulamento de Ocupação de Espaço Público, Publicidade e Resíduos Urbanos da Rua dos Pescadores na Costa da Caparica, ao abrigo da alínea g) do nº 1, do artigo 25º, do anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 3 de maio de 2021 que aprovou a proposta nº 348/2021 (DMCEP).

7.3 – Por se ter consensualizado na Conferência de Representantes que as propostas seguintes seriam apresentadas e discutidas em conjunto e votadas separadamente, entrou-se nos pontos 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6 da ordem do dia relativos à apreciação e votação das propostas da Câmara Municipal, respetivamente, sobre “Designação de Júri para o procedimento concursal de Chefe de Divisão de Gestão de Desenvolvimento Pessoal do Departamento de Recursos Humanos dos SMAS”, “Designação de Júri para o procedimento concursal de Chefe de Divisão de Logística Operacional do Departamento de Gestão de Redes de Água de Drenagem e de Logística dos SMAS”, “Designação de Júri para o procedimento concursal de Chefe de Divisão de Inovação, Sistemas de Gestão e Desenvolvimento Organizacional do Departamento de Recursos Humanos dos SMAS” e “Designação de Júri para procedimento concursal de Diretor do Departamento de Recursos Humanos dos SMAS”.

7.3.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra o Senhor Vereador Miguel Salvado;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos aqui perante 4 propostas, eu se me permite Senhor Presidente, apresento-as todas de seguida, apesar de ser 4 pontos distintos.

No seguimento da mudança do organigrama dos SMAS, e com a criação tal como foi aqui aprovado tanto em reunião de Câmara Municipal como em reunião de Assembleia Municipal, basicamente é o lançamento e a designação do Júri, para o procedimento concursal de Chefe de Divisão de Gestão de Desenvolvimento Pessoal do Departamento de Recursos Humanos, o Chefe de Divisão da Logística Operacional do Departamento de Redes, o Chefe de Divisão de Inovação e Sistemas de Gestão também do Departamento de Recursos Humanos e finalmente o próprio Júri do procedimento concursal de Diretor do Departamento de Recursos Humanos dos SMAS. Isto na sequência da mudança de organigrama que foi feita e é no seguimento dessa mudança que lançamos então os habituais e por Lei obrigatórios concursos.”

7.3.2 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, em separado e por voto secreto das propostas, tendo-se apurado os seguintes resultados;

7.3.3 – A proposta de “Designação de Júri para o procedimento concursal de Chefe de Divisão de Gestão de Desenvolvimento Pessoal do Departamento de Recursos Humanos dos SMAS” foi aprovada por maioria com 20 votos sim, 14 votos brancos e 2 votos não, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, aprova a Proposta da Câmara Municipal nº 208/XII-4º, designando o júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Gestão de Desenvolvimento Pessoal do Departamento de Recursos Humanos dos SMAS, com a seguinte composição:

Presidente do Júri – Ana Luísa Pinto Nunes Curto, Diretora do Departamento de Recursos Humanos;



1.º Vogal Efetivo – Ana Lúcia Pereira Rosa Nobre, Chefe da Divisão de Pessoal da Câmara Municipal de Almada (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);

2.º Vogal Efetivo – Paula Alexandra Dias Lopes Crespo Veiga Fachada, Chefe da Divisão de Gestão Administrativa;

1.º Vogal Suplente – Patrícia Sofia Augusto Mestre, Chefe da Divisão de Empreitadas e Urbanizações;

2.º Vogal Suplente – José Carlos Sotto-Mayor Gancho, Chefe da Divisão de Sistemas Informáticos.

7.3.4 – A proposta de “Designação de Júri para o procedimento concursal de Chefe de Divisão de Logística Operacional do Departamento de Gestão de Redes de Água de Drenagem e de Logística dos SMAS” foi aprovada por maioria com 20 votos sim, 16 votos brancos, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, aprova a Proposta da Câmara Municipal nº 209/XII-4º, designando o júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Logística Operacional, do Departamento de Gestão de Redes de Água, Drenagem e de Logística dos SMAS, com a seguinte composição:

Presidente do Júri – Paulo Jorge Nico Casimiro, Diretor do Departamento de Gestão de Redes de Água, de Drenagem e Logística;

1.º Vogal Efetivo – Sara Serrão Ferreira Major, Chefe da Divisão de Gestão e Manutenção de Frota da CM Almada (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);

2.º Vogal Efetivo – Ana Luísa Pinto Nunes Curto, Diretora do Departamento de Recursos Humanos;

1.º Vogal Suplente – Silvana Cláudia Carneiro Pereira Vitorino, Chefe da Divisão de Controle da Qualidade da Água;

2.º Vogal Suplente – Paulo Jorge Sapinho Faustino, Chefe da Divisão de Gestão de Redes de Água.

7.3.5 – A proposta de “Designação de Júri para o procedimento concursal de Chefe de Divisão de Inovação, Sistemas de Gestão e Desenvolvimento Organizacional do Departamento de Recursos Humanos dos SMAS” foi aprovada por maioria com 20 votos sim, 15 votos brancos e 1 voto não, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, aprova a Proposta da Câmara Municipal nº 210/XII-4º, designando o júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Inovação, Sistemas de Gestão e Desenvolvimento Organizacional do Departamento de Recursos Humanos dos SMAS, com a seguinte composição:

Presidente do Júri – Ana Luísa Pinto Nunes Curto, Diretora do Departamento de Recursos Humanos;

1.º Vogal Efetivo – Maria do Carmo Mendes Vieira Neto Antão, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos da Câmara Municipal de Almada (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);

2.º Vogal Efetivo – Ilídio José Gomes Loução, Chefe da Divisão de Gestão Comercial e Atendimento;

1.º Vogal Suplente – Delfina Sozinho Caraça, Chefe da Divisão de Assessoria, Comunicação e Imagem;

2.º Vogal Suplente – Silvana Cláudia Carneiro Pereira Vitorino, Chefe da Divisão de Controle da Qualidade da Água.

7.3.6 – A proposta de “Designação de Júri para procedimento concursal de Diretor do Departamento de Recursos Humanos dos SMAS” foi aprovada por maioria com 19 votos sim, 16 votos brancos e 1 voto não, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, aprova a Proposta da Câmara Municipal nº 211/XII-4º, designando o júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Diretor do Departamento de Recursos Humanos dos SMAS, com a seguinte composição:

Presidente do Júri – José Pires Costa Ramos, Diretor Delegado;

1.º Vogal Efetivo – Georgina das Dores Guerreiro Rodrigues Doroteia, Diretora do Departamento de Manutenção de Equipamentos, Infraestruturas e Frotas da CM Almada (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);

2.º Vogal Efetivo – Célia Cristina Martins Gomes Pestana, Diretora do Departamento de Informática;

1.º Vogal Suplente – Lurdes Alexandra Neto de Sousa, Diretora do Departamento de Tratamento de Águas Residuais;

2.º Vogal Suplente – Luís Manuel Delgado Gonçalves, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.

7.4 – Por se ter consensualizado na Conferência de Representantes que as propostas seguintes seriam apresentadas e discutidas em conjunto e votadas separadamente, entrou-se nos pontos 3.7 e 3.8 da ordem dia relativos, respetivamente, à apreciação e votação das propostas da Câmara Municipal “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria” e “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU de Almada”;

7.4.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra o Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

São procedimentos relativamente correntes, e dizem respeito de facto à aprovação de relatórios. De acordo com o Decreto-Lei 307/2009, cabe à entidade gestora de Áreas de reabilitação Urbana, a elaboração de um relatório anual de Monitorização para apreciação da Assembleia Municipal. Tendo sido elaborado Relatório para a ORU da Trafaria e para a ORU de Almada, sendo procedimentos semelhantes faria a descrição dos dois de uma forma agregada, propõe-se que a Assembleia Municipal de Almada, delibere a aprovação dos resultados dos referidos relatórios.

Posso esclarecer alguma questão que seja colocada, mas creio que é claro este tipo procedimento.”

7.4.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, em separado, das propostas, tendo-se apurado os seguintes resultados:

7.4.2.1 – A proposta de “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria” foi aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples da Trafaria e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 3 de maio de 2021 que aprovou a proposta nº 2021-238 (DRRU).

7.4.2.2 – A proposta de “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU de Almada” foi aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Almada e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 3 de maio de 2021 que aprovou a proposta nº 2021-239 (DRRU).

8 – Tendo-se terminado a apreciação de todos os pontos da agenda da reunião deu-se por concluída a reunião, sendo cerca das 23H10.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as João Luís Couvaneiro, Francisca Luís Parreira, Maria Teodolinda Silveira, Nuno Miragaia Matias, Miguel Ângelo Salvado, Joaquim Miguel Judas, Tiago David Costa Galveia.

10 – Foi verificada a presença de cerca de 20 munícipes.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA




